

6. Veteranos e novatos

controlando a extensão da mudança

Leôncio Martins Rodrigues

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

RODRIGUES, LM. *Mudanças na classe política brasileira* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. Veteranos e novatos: controlando a extensão da mudança. pp. 134-141. ISBN: 978-85-7982-011-3. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

6. Veteranos e novatos: controlando a extensão da mudança

Embora a renovação do pessoal político, em todos os países, não se efetue com a rapidez e a profundidade que a opinião comum frequentemente desejaria, no Brasil, a taxa de *turnover* eleitoral é das mais elevadas. Como mostrou André Marenko dos Santos, a renovação da CD em cada eleição tem oscilado, por mais de quatro décadas, em torno de 50% das cadeiras.¹

O sistema de eleições proporcionais uninominais de lista aberta, com algumas circunscrições eleitorais de magnitude muito elevada (caso do Estado de São Paulo, por exemplo), tende a ser um estímulo, entre outros, para entrada na vida política, especialmente ante os muitos benefícios materiais e simbólicos que a profissão política oferece. O êxito na luta por uma cadeira na CD parece mais fácil quando estão em jogo muitas vagas (apesar do grande número de candidatos) do que em eleições uninominais de um turno (*plurality*), como vigora na Grã-Bretanha e em suas ex-colônias (EUA, Canadá, Austrália e Nova Zelândia), onde os que já estão no cargo (os *incumbents*) levam muitas vantagens sobre os desafiantes.

No Brasil, para os que ainda nunca ocuparam uma cadeira de deputado federal (e enfrentam os que tentam a reeleição, dentro e fora do mesmo partido), parece relativamente fácil se eleger para a CD sem passar por experiência de ocupação de cargos eletivos em assembleias legislativas, câmaras municipais e prefeituras pequenas ou de porte médio. (A disputa para prefeituras de capitais ou de cidades importantes fica para políticos mais conhecidos, com maior tempo na vida pública, com mais legitimidade para conseguir apoio de seus colegas da própria classe política.)

A existência de fortes apoios políticos locais e apoios corporativos e associativos extrapartidários (associações de classe, igrejas etc.) pode ajudar a entrada direta na CD, impedir a reeleição de políticos veteranos e elevar a rotatividade na Câmara e de outros ²órgãos legislativos. Na 52^a

¹ Op. cit.

² Nossos dados diferem dos do Diap, que contabilizou 283 reeleitos. Ocorre que o Diap levou em consideração os suplentes que assumiram os lugares de titulares e foram reeleitos, o que aumentou o número dos casos de reeleição. De nossa parte, o interesse de comparar os

Legislatura, 217 deputados (42,3%) iniciaram-se na política diretamente pela CD.

Na eleição de outubro de 2002, a renovação da CD chegou perto da metade: 208 novos deputados (40,5% do total) passaram a fazer parte dela pela primeira vez. (Daqui para a frente, os componentes desse grupo serão designados como *novos deputados*.) Estão excluídos dos *novos deputados* 39 parlamentares que não tinham sido eleitos para a 51^a Legislatura em 1998, mas já tinham sido deputado federal anteriormente e se elegeram para a 52^a Legislatura: não integraram o grupo de reeleitos, mas não são calouros na CD.

A esses parlamentares denominaremos, nas linhas seguintes, *novos veteranos*. *com* essas deduções, somente 266 parlamentares (51,9% da CD) vindos da 51^a voltaram para o exercício da legislatura seguinte. (Daqui para a frente, esses deputados reeleitos serão designados apenas como *reeleitos*.)

Quadro 10: Índices de reeleição

52 ^a Legislatura			
Novos Deputados	Reeleitos	Novos Veteranos	Total
208(40,5%)	266(51,9%)	39(7,6%)	513(100%)

Os partidos de esquerda foram os que obtiveram, em termos proporcionais, as maiores renovações de suas bancadas. Dito de outro modo: todos os partidos de direita e centro tiveram mais dificuldade para renovar suas bancadas do que os partidos de esquerda. No conjunto das legendas, a começar pela do PT, a porcentagem de *novos deputados* superou a dos que foram reeleitos. Essa diferença, na bancada do PT, chegou a 62,6%; na do PDT, a 52,4% (Tabela 26).

As taxas mais elevadas de renovação nos partidos de esquerda devem-se principalmente ao significativo aumento de suas bancadas, fato que abriu vagas para os estreantes na CD. Destes, alguns conseguiram se iniciar na vida pública diretamente como deputado federal. No caso, trata-se em geral de candidatos que tiveram o apoio, além do partido, de alguma associação profissional, de uma denominação religiosa ou de parentes

efeitos do pleito de 2002 no perfil social da CD levou-nos a considerar apenas os titulares. Suplentes reeleitos não foram levados em conta.

politicamente importantes, como vimos anteriormente na análise sobre o grupo dos *políticos*.

Mais de um quarto das bancadas do PMDB, PL, PSDB, PFL, PP e PTB na 52ª Legislatura ficou composto por estreantes. Nesse grupo, o PL, em especial, chegou a ter 38,5% de *novos deputados* em sua bancada eleita em 2002. Esse fato mostra taxas elevadas de renovação também nas bancadas de partidos de centro e de direita, quer dizer, no conjunto da CD. Aliás, essa tendência a uma alta taxa de renovação já tinha sido assinalada por Marengo dos Santos³ em suas análises de eleições anteriores: a renovação tende a ocorrer em todas as legendas, embora depois da redemocratização ela tenha sido mais intensa no PT. Na eleição de 2008, o PT e os partidos de esquerda (PDT, PPS, PSB e PCdoB) tiveram as taxas de renovação mais elevadas do que as legendas de centro e direita, em razão do grande crescimento de suas representações na CD. O PT renovou sua bancada em cerca de 63%, e o PDT, em 52%. Consequentemente, os partidos de centro e direita tiveram maior proporção de *reeleitos* por partido. No PT, apenas cerca de 32% de sua bancada vinda da 51ª Legislatura foi reeleita. Os demais partidos de esquerda reelegeram menos ainda. O PTB foi o campeão das reeleições: 69% dos deputados, embora em números absolutos o PFL apresente 54 casos de deputados reeleitos em 2002. O PSDB e o PMDB também chegaram próximos das porcentagens do PTB e PFL. Desse modo, os partidos de centro e de direita ficaram com bancadas na CD mais experientes, o que pode, eventualmente, compensar suas perdas.

³ Op. cit. Nota 133.

Tabela 26: Novos Deputados e Reeleitos

51ª Legislatura (% em linha)						
Partidos	Novos Deputados		Reeleitos		Bancada	
	Nº	%	Nº	%	N	%
PT	57	62,6	29	31,9	91	100
PDT	11	52,4	7	33,3	21	100
PMDB	23	30,7	45	60	75	100
PSDB	19	27,1	48	68,6	70	100
PFL	23	27,4	54	64,3	84	100
PP	14	28,6	32	65,3	49	100
PTB	7	26,9	18	69,2	26	100
PL	10	38,5	14	53,8	26	100
PPS	10	66,7	3	20	15	100
PSB	11	50	8	36,4	22	100
Prona	6	100	0	–	6	100
PCdoB	5	41,7	6	50	12	100
Outros	12	–	2	–	16	–
Total	208	–	266	–	513	–

Obs.:Outros partidos:PST (2 e 1): P015 e 0);PSC (1 e 0), PSL (O e 1), PSD (3 e 0); PSDC (1 e 0); PMN (O e O). Os algarismos entre parênteses indicam, respectivamente, o número de novos deputados e de reeleitos.A diferença entre novos e reeleitos é composta pelos novos-veteranos.que não fazem parte da tabela.

Em parte, a baixa proporção de *reeleitos* na bancada petista decorre logicamente do próprio êxito petista, quer dizer, do grande crescimento de suas bancadas. Mas essa variável (crescimento da bancada) provavelmente não explica todo o fenômeno. Uma análise mais sofisticada teria de considerar a responsabilidade de outros fatores que hipoteticamente podem ter ajudado a elevar o número de petistas estreantes na Câmara Federal. Seria preciso ter em conta o número de veteranos derrotados na tentativa de reeleição, como foi o caso de Jair Meneguelli (PT-SP), ex-presidente da CUT.

Além disso, há os deputados petistas que não tentaram a reeleição e preferiram concorrer para outros cargos executivos entendidos como um passo à frente no campo da política, como o ex-deputado José Genoino, que concorreu para governador do Estado de São Paulo. Essa opção eleitoral está dentro da lógica da ambição política que guia a carreira dos homens públicos de todos os partidos. Contudo, quaisquer que tenham sido os

motivos, a ausência de políticos petistas “bons de voto” na competição de outubro de 2002 para a deputação federal deve ter facilitado a estréia de outros na CD.

A elevada rotatividade nas bancadas dos partidos de esquerda reforça as conclusões dos capítulos anteriores, que relacionaram as mudanças socioeconômicas no corpo parlamentar às variações na distribuição das cadeiras na CD, ou seja, à volatilidade eleitoral. O exame dessa relação pode ficar mais acurado se levarmos em conta apenas a ocupação ou profissão do grupo dos parlamentares que *chegou à deputação federal pela primeira vez* e compararmos seu perfil sócio-profissional com o dos 513 parlamentares da 51ª Legislatura (marcada pela vitória do PSDB e do PFL).

Elimina-se, desse modo, o viés que vem de uma dupla contagem: a existência de parlamentares que estão nas duas legislaturas, ou seja, os *reeleitos* da 52ª. Para uma comparação mais precisa, excluimos do grupo dos *novos deputados* também os que já tinham sido deputados federais em alguma legislatura anterior à 52ª, mas não conseguiram eleger-se (ou reeleger-se) para a 51ª, só voltando à Câmara em 2002 (os *novos veteranos*).

Os números da Tabela 27— que compara os *novos deputados* da 52ª Legislatura com o total da 51ª — mostram de modo mais acentuado as diferenças socioeconômicas que vimos anteriormente no cotejo entre o total da 51ª e o total da 52ª, reforçando os dados sobre a popularização da classe política. O principal indicador desse processo é a forte diminuição entre os *novos deputados* da proporção de empresários. Na 51ª, os deputados classificados nessa categoria tinham chegado a cerca de 45% do total. Entre os que estrearam em 2003 na CD, apenas 29% vieram do meio empresarial.⁴

Todos os setores empresariais, na verdade, perderam espaço em relação aos que estrearam em 2003. Entre os 208 *novos deputados*, somente 1% tinha vindo do agronegócio. No caso dos empresários rurais, a proporção caiu de 11,1% para 6,3%.

⁴ Daqui em diante todas as comparações serão feitas em porcentagens. Não haveria sentido usar números absolutos porque o número de recém-chegados à CD é 2,5 vezes menor do que o total de parlamentares.

O setor das profissões liberais como fonte de recrutamento para a classe política também recuou. Nas eleições de 1998, 28,1% dos deputados eleitos tinham sido profissionais liberais. Entre os *novos deputados*, a proporção baixou para 23,1%. Todos os outros setores profissionais e ocupacionais ampliaram sua presença na CD.

Os meios sócio-ocupacionais que cresceram em importância como celeiro de abastecimento do pessoal político foram principalmente os sindicatos, o setor público, o magistério, os pastores, os técnicos e o próprio meio político. Paradoxalmente, apesar do avanço da esquerda e do aumento do número de sindicalistas, a proporção de ex-metalúrgicos e de outros trabalhadores fabris entre os recém-chegados permaneceu a mesma: 1,4%, fato que reforça a hipótese de que foram principalmente os políticos que vieram das classes médias assalariadas, de escolaridade relativamente elevada, que se beneficiaram do avanço da esquerda.

Um dado de menor dimensão chama a atenção: o aumento da porcentagem dos *políticos* no grupo dos *novos deputados*. Na 51ª Legislatura, os *políticos* representavam 1% da CD; entre os *novos deputados*, a porcentagem subiu para 4%. A multiplicação de organizações profissionais, associações populares, ONGs de todo tipo, igrejas católica e evangélica, por um lado, e o crescimento do PT e do PCdoB, por outro, provavelmente abriram mais canais de entrada na política para pessoas mais jovens das classes médias e populares.

Tabela 27: Profissão/ocupação

Profissão/ocupação	51ª Legislatura		52ª Legislatura	
	N	%	N	%
Empresários urbanos	146	28,5	46	22,1
Empresários rurais	57	11,1	13	6,3
Empresários mistos	27	5,3	2	1
Total dos empresários	230	44,8	61	29,3
Prof. Liberais tradicionais	144	28,1	48	23,1
Outros profissionais	18	3,5	11	5,3
Setor público	103	20,1	51	24,5
Professores	81	15,8	35	16,8
Comunicadores	33	6,4	16	7,7
Pastores	16	3,1	11	5,3
Políticos	5	1,0	9	4,3

Empregados não-manuais em serviços	7	1,4	4	1,9
Técnicos	8	1,6	7	3,4
Metalúrgicos	7	1,4	3	1,4
Trabalhadores agrícolas/lavradores	3	0,6	3	1,4
Padres	2	0,4		0
Outras profissões	0		2	1
Base de cálculo	513	128,3	208	125,5
Total de profissões/ocupações	657		261	

Até aqui tomamos como indicador de *status* as profissões e ocupações. Em certos tipos de atividades ocupacionais, elas são indicadores fortes do *status* de origem.⁵

Mas, em muitos casos, a indicação daí proveniente é insuficiente porque um mesmo campo profissional contém fortes diferenças sociais e econômicas no seu interior. Por isso, resolvemos usar também outra variável importante na indicação de *status*: a escolaridade. Comparamos a distribuição dos níveis de educação formal dos *novos políticos* com a da CD composta pela totalidade dos parlamentares da 51ª Legislatura. Obviamente, nada exclui situações de discrepância de *status*, como a combinação de alta renda e baixa escolaridade, e vice-versa. Apesar disso, a escolaridade parece um bom indicador de status.

A comparação dos níveis de escolaridade dos recém-chegados à deputação federal com os dos membros da 51ª (entre os quais, obviamente, também havia outros recém-chegados a CD) reforça as observações anteriores sobre redução do espaço das classes altas no campo político brasileiro. A porcentagem de parlamentares com formação superior completa, na 51ª, era de 82,3%. Entre os recém-chegados, foi de 76,9%. Nesse grupo, 14,4% iniciaram, mas não terminaram um curso superior em contraposição a 7,7% na 51ª Legislatura. Na mesma direção vai a existência, entre os deputados eleitos em 1998, de 5,2% com mestrado e 3,6% com doutorado, contra *nenhum* com esses títulos entre os estreates na CD.

⁵ Por exemplo: profissões manuais, de modo geral, são tipicamente de classe baixa. Resta pouca dúvida quanto ao *status* social de quem se declarou trabalhador rural, pedreiro etc. – se a informação estiver correta, obviamente. Já não é assim para as profissões liberais, empresariais e outras em que grandes disparidades socioeconômicas existem no seu interior.

Seguramente, não são diferenças brutais nem poderiam ser porque em parte alguma, salvo algumas exceções, os políticos profissionais têm escolaridade muito baixa. Apesar disso, os níveis educacionais podem ser tomados como indicadores de *status* e de origem social. Se assim é, eles são um dado a mais a mostrar o aumento da proporção de deputados de classes média e popular na 52ª Legislatura.

Tabela 28: Escolaridade

Escolaridade	Novos Deputados		51ª Legislatura	
	N	%	N	%
Até o primeiro grau completo	4	2,1	12	2,4
Até o segundo grau completo	13	6,6	38	7,7
Superior incompleto	28	14,4	38	7,7
Superior completo*	150	76,9	408	82,2
Base de cálculo	195	100	496	100
Sem informação	13		17	
Total na CD	208		513	

* Inclui mestrado (26) e doutorado (18).

Obs.: Para efeito de comparação, os deputados para os quais não se obteve a informação sobre a escolaridade foram retirados da base de cálculo.